

CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO:  
BUSCANDO ABRIGO PARA UM SUJEITO\*

INFORMATION SCIENCE: IN SEARCH OF A SHELTER FOR A SUBJECT

Bernardina Maria Juvenal FREIRE\*\*  
Mirian de Albuquerque AQUINO\*\*\*

RESUMO

*O presente texto aborda o aspecto conceitual da informação, revisitando alguns estudos que tratam da questão. Busca a noção de efeitos de sentidos na linguagem do discurso para articular com a informação, captando a noção de sujeito-interativo-informacional como possibilidade de estabelecer fios interdisciplinares.*

*Palavras-chave: informação; sujeito interativo-informacional; práticas informacionais; professores e alunos.*

ABSTRACT

*The present text focuses the information conceptual aspects, involving reflections of different authors who deal with this matter. It seeks a notion of sense effect in the language to work with information, getting the notion of informational-interaction-subject as a possibility of establishing interdisciplinary links.*

*Key-words: information; informational-interaction-subject; informational practices; teaches and students.*

1. O CONCEITO DE INFORMAÇÃO NO ÂMBITO  
DAS PRÁTICAS INFORMACIONAIS

O estudo das práticas informacionais como objeto de estudo permitiu que atentássemos para o aspecto

conceitual do termo informação, cuja origem provém da palavra latina *informare* (verbo), que significa dar forma, colocar em forma, criar, representar, construir uma idéia ou noção ou conhecimento. Por práticas informacionais significamos toda ação verbal ou não

---

(\*) O conteúdo do texto é parte da Dissertação de Mestrado intitulada *Paixão de Informar: Práticas Alfabetizadoras no Programa Tijolo sobre Tijolo - Projeto Escola Zé Peão em Canteiros de Obras*, defendida no Mestrado em Ciência da Informação da Universidade Federal da Paraíba.

(\*\*) Professora da UFPB e Mestra em Ciência da Informação.

(\*\*\*) Professora da UFPB e Doutora em Educação.

verbal empreendida por sujeitos sociais, que atuam sobre o conhecimento para gerar, receber, transferir, construir e socializar a informação.

A literatura especializada aponta para as fissuras e as ambigüidades que permeiam o ângulo conceitual da informação (Morin, 1986, 1999), (Braga apud Lopes, 1996), (Lopes, 1996) e (Figueiredo, 1997). Apesar de tantas incertezas e imprecisões conceituais, o termo informação vem se tornando uma espécie de **epicentro epistemológico** (Mostafa, 1994, p. 22), ou melhor, a informação na atualidade marca o centro das discussões comerciais, econômicas, tornando-se foco de discussões em congressos e encontros, como foi visto no recente evento chamado de NET de Marketing, realizado na cidade de João Pessoa - PB.

A informação passou a integrar as diversas áreas do conhecimento como uma *espécie de conceito unificador, subjacente ao funcionamento dos sistemas organizados*, alojando-se nas denominadas interpretações macrosociológicas que se estendem a todos os povos. A discussão em torno da informação é ampla, chegando a sugerir modificações na compreensão da atual sociedade, ora denominada de *Sociedade da Informação*, ora denominada *Sociedade Informacional* (Castells, 1999).

Do ponto de vista da teorização, Fernandes (1995) elenca algumas definições que permitem melhor compreender essa questão; a primeira concentra-se na informação e suas propriedades como objeto de estudo da Ciência da Informação; a segunda se mostra igualmente à comunicação ou aos meios de transmissão da informação; a terceira definição identifica o objeto da Ciência da Informação como o comportamento humano em sociedade.

Há ainda outros estudos que enfocam a questão da própria imprecisão conceitual do termo informação. Apesar dessas divergências conceituais, Fernandes (1995, p. 25) argumenta que, embora possam ser apontados inúmeros parâmetros que servem como conceituadores, delimitadores ou caracterizadores para uma ciência, sem dúvida, a localização do campo de fenômenos pelos quais se interessa - *para onde se olha, do objeto de estudo, como se olha e podem ser apontados como os parâmetros mais básicos*. De certo modo, esse ponto de vista do autor reforça a importância de se aprofundar o conhecimento acerca do termo em discussão.

Na compreensão de Lopes (1996, p. 57), informação se configura como sendo o conteúdo das *mensagens potencialmente capazes de provocar alterações na estrutura mental (organização do*

*pensamento) e cultural (escala de valores) dos receptores, visando a uma ação imediata ou a uma mudança de comportamento mais duradoura*. Esta visão converge para os conceitos já defendidos por Belkin & Robertson, na década de 1970 e por Brookes, em seu artigo intitulado *Os Fundamentos da Ciência da Informação*, publicado na década de 1980. Este último vai influenciar o surgimento da chamada visão cognitiva da Ciência da Informação. A forma explícita que esta visão adquire foi posteriormente corporificada na Equação Fundamental da Ciência da Informação, assim representada:  $K [S] + \Delta I = K [S+\Delta S]$

Onde

K = conhecimento

S = estrutura

K [S] = estrutura atual de um estado de conhecimento

$\Delta I$  = absorção de novas informações

$\Delta S$  = causa e efeito da absorção de novas informações

Esta equação mostra, genericamente, que a estrutura atual de um estado de conhecimento, representado pela simbologia K [S], é transformada numa nova estrutura, K [S + ( $\Delta S$ )], quando absorve ou acessa novas informações  $\Delta I$ , indicando, desse modo, processo de causa e efeito representado pela partícula equacional  $\Delta S$ . Com isso, Brookes (1980) assegura que a informação é algo transformador, modificador, representado pelo símbolo K [S], que é uma estrutura de conhecimento, e, como consequência, o conhecimento e a informação possuem dimensões estruturadas. Nesta equação, o autor sugere ainda uma relação explícita entre a cognição individual - perceptiva e a capacidade de julgamento desenvolvida entre grupos de pessoas com conhecimento objetivo. O processo interacional entre pessoas e suas relações com o conhecimento objetivo é, por seu turno, objeto implícito dessa equação.

Compartilhando da visão cognitiva de Brookes (1980) e Belkin (1990), as idéias de Wilson (1984) privilegiam explicitamente o comportamento da informação humana e a posição central dos conceitos de *compreensão e significado*. Para o autor, as interações do modelo de mundo dos indivíduos são extraídas do entendimento ou significado gerado pela percepção dos sujeitos. Em outros termos, implica estabelecer uma relação entre os significados das vidas cotidianas dos sujeitos e a informação considerada relevante para suas necessidades. A visão de Shutz propicia refletir sobre os significados como interpretações que as pessoas extraem de si próprias de acordo com sua visão de



mundo, a qual não é apenas individual, mas também é social (apud Belkin 1990).

Fazendo alusão às idéias de Wilson, as reflexões de Belkin (1990) permitem entender que Ciência da Informação relaciona, parcialmente, as questões como e por quê as pessoas se empenham em comportamentos na busca e uso da informação. Para que isto ocorra é necessário compreender o desenvolvimento e a estrutura das imagens individuais da vida cotidiana e relacioná-las ao contexto social.

Ao que parece, essa noção comum adotada por estes autores concorre para a compreensão da informação em sua capacidade de provocar alterações e transformar as estruturas. Nessa última função, a informação teria a capacidade de alterar dinamicamente o estado atual de entendimento dos sujeitos, permitindo a estes verem o "invisível", ou seja, ampliarem seu estado natural de conhecimentos. Sob esse ponto de vista, parece importante que as informações veiculadas, ao serem enviadas ou emitidas, devam figurar numa codificação de entendimento mútuo, entre sujeito-emissor e sujeito-receptor. Para Araújo (1998), essas informações devem estabelecer-se numa estrutura de conceitos ligados por suas relações, isto é, num entendimento comum a todos os sujeitos sociais envolvidos.

Ao estudar o modelo interacional, Lopes (1996) reconhece a possibilidade da informação transformar e enriquecer. Entretanto, este autor percebeu que as informações consideradas como valor absoluto não se estabelecem, porque não se realizam somente pelo processo interacional, mas também se concretizam em graus de informação. Isto conduz-nos à compreensão de que há informações fracas caracterizadas pela afirmação do previsível; há informações fortes caracterizadas pelo forte teor de seu conteúdo, revelando o *pouco provável*, e há informações ricas, reveladoras do *novo*, do *inesperado*.

Em sua complexidade, Morin (1986) colabora para entender que a possibilidade de se estabelecerem mudanças na estrutura mental ou cultural dos sujeitos depende não somente do contexto em que essa informação é veiculada, mas também dos sistemas de idéias ou valores a que se associa.

*Em relação às coisas sobre que (sic) não temos opinião formada ou preconceito, somos extremamente abertos às informações. Mas quando não temos estrutura mental ou ideológica capaz de assimilar, situar informações, esta se torna ruído. Em compensação, nos casos em que dispomos de idéias firmes e arraigadas, somos muito receptivos quanto às informações que as confirmam, mas muito desconfiados para com aquelas que as contrariam. Melhor ainda,*

*somos capazes de resistir às informações que não se adaptam à nossa ideologia, percebendo essas informações não como informações, mas como trapaceiras ou mentiras (Morin, 1986, p. 43).*

Nessa linguagem de Morin, não é possível compreender a informação fora de um contexto social, porque está fundamentada num princípio puramente relacional em que seu conteúdo é absorvido, a partir do processo interacional estabelecido entre sujeito-emissor e sujeito-receptor, os quais lhe atribuem sentidos, significados e valores.

Vista sob essa perspectiva, podemos dizer que a informação modifica-se, a partir do meio em que ela se estabelece, alterando, certamente, as estruturas, criando e recriando novas informações. Há uma dinâmica nessa construção informacional, que é permeada pelas particularidades das relações sociais. Isso implica considerar que a informação é determinada nas práticas sociais. Na atual sociedade, segundo Marteleto (1992), é imprescindível repensar a questão da informação no bojo das práticas sociais que significa um conjunto de ações vividas por sujeitos ativos envolvidos num processo interativo dentro de um contexto histórico-social.

Em seu aspecto etimológico, a noção de informação sugere dois sentidos complementares: processo de atribuição e comunicação de sentidos. Essa duplicidade, peculiar aos sentidos, permite conceber a informação como uma *prática social que envolve ações de atribuição e comunicação de sentidos, que, por sua vez, pode provocar transformações nas estruturas, pois gera novos estados de conhecimentos* (Araújo, 1998, p. 17).

Retomando Morin, é possível considerar que a informação não pode distanciar-se da sociedade ou do meio que a produz. Em sua essência, a informação estaria ligada a um processo histórico-social, em que seu teor interativo seria determinado por regras concretas estabelecidas nas relações sociais no estado de determinada conjuntura, construindo o efeito próprio de sentido para os sujeitos-emissores e receptores dessa informação. Partilhando desse raciocínio, Bognoux (1994, p. 25) afirma que a *informação pertinente não somente varia segundo os indivíduos, mas [também] varia para cada um conforme as circunstâncias: nada é mais relativo e se torna caduco mais depressa do que a informação. Sua multiplicidade atual ou potencial ocupa, em cada instante, nosso espaço.*

Em nosso entender, a concepção de informação como um conjunto de práticas sociais, desenvolvidas por um sujeito sócio-cognitivo capaz de provocar



mudanças nas estruturas e gerar novos estados de conhecimento, é interessante porque avança no processo de produção do conhecimento na Ciência da Informação. Ao introduzir a noção de social, essa concepção admite a presença da relação entre a dimensão cognitiva e social que extrapola o sentido da informação, tradicionalmente, compreendida como um dado conhecimento. Esta concepção de informação amplia a idéia de que o sujeito não recebe apenas a informação transferida, mas se instaura como um sujeito ativo que desenvolve ações de atribuição e comunicação de sentido.

Embora essa concepção de informação como processo de atribuição e comunicação de sentido, pretenda contribuir para um avanço no entendimento da noção de informação, enriquecendo as reflexões desencadeadas por alguns estudiosos da Ciência da Informação, parece-nos, entretanto, necessário expandir essa compreensão, passando a considerar a informação no contexto da linguagem, em que esta é o resultado da interação entre homem e realidade natural e social (Orlandi, 1997).

A informação é também linguagem e como tal não pode ser compreendida fora dos processos histórico-sociais que a constituem. A constituição da linguagem, bem como da informação se dá na relação entre o lingüístico, o histórico e o social, absorvendo o ideológico. Dentro dessa consideração discursiva, a reflexão sobre a linguagem ajuda a pensar a noção de discurso que é efeito de sentidos entre os interlocutores (Orlandi, 1987).

Para Travaglia (1996), o discurso é qualquer atividade comunicativa produtora de efeitos de sentidos entre os sujeitos não apenas no sentido da transferência da informação, mas também no sentido da interação, que é regulado por uma exterioridade sócio-histórica que determina as regularidades lingüísticas, seu uso e sua função.

Pechêux (1969) entende o discurso como um lugar de determinação dos processos semânticos, dos processos de significação e de sentidos, onde a presença do social e do histórico é a manifestação da exterioridade no texto (oral ou escrito) que é *constitutiva da linguagem. Os processos de significação são estabelecidos em cada sociedade, constituindo regularidades significativas concretizadas em recursos lingüísticos* (Travaglia, 1996, p. 68).

## 2. UMA FENDA DISCURSIVA NO BLOCO DA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

A noção de efeito de sentido recobre essa formulação que se articula com as condições sócio-his-

tóricas, possibilitando a produção de sentidos pelos sujeitos numa determinada formação ideológica. Por formação ideológica entende-se um conjunto complexo de atitudes - representações que não são nem individuais nem universais, mas se reportam, mais ou menos diretamente, às posições de classe (Haroche, 1992).

Essa perspectiva discursiva de efeito de sentido nos faz pensar que a informação se modifica à medida que estabelece novas relações, conjunturas, discursos e sentidos. Nesse processo, os sujeitos constroem, reconstróem e desconstróem, individual e coletivamente, os sentidos, criando e recriando continuamente novas informações com sentidos peculiares ao contexto que remetem ao lugar em que estes sujeitos se encontram posicionados na sociedade e envolvidos pelas formações discursivas que controlam as expressões, as palavras, os textos e as informações que devem ser ou não enunciadas.

É no êxtase da dinâmica social que identificamos as múltiplas informações. Quando nos reportamos a essas informações, estamos falando de informações fracas, fortes e ricas. Com isto, estamos acentuando as várias faces da informação, porque é fundamental tomar a informação como geradora do plural, múltiplo, polissêmico e heterogêneo. Se partirmos do pressuposto de que a informação é algo relativo, também estamos considerando o aspecto mutável e relacional dessa informação que se assemelha ao que Heinz Von Foerster chamou de *camaleão intelectual* (apud Pinheiro, 1997, p. 190).

Percorrendo ainda a linha discursiva, percebemos que há uma relação necessária entre o sujeito e a sociedade; há um sujeito que produz o conhecimento, a informação, o sentido. Essa relação do sujeito com a informação produz mudanças, efeitos de sentidos. Essa compreensão da informação como efeito de sentidos vai depender do lugar em que se situa o sujeito, do lugar de onde ele fala, de onde se estabelecem suas relações, das condições de produção, tornando-se assim possível uma mudança nas estruturas fixas, nos sentidos, já que cada sujeito se fragmenta, se divide, se dispersa e exerce papéis diferentes, criando novos contextos. Quer seu envolvimento ocorra em maior ou menor grau, ele se articula com as condições de produção (contexto, situação, objetos) quer seja esta participação como cidadão, trabalhador, pai, amigo, esposo, filho, irmão, etc.

De qualquer modo, esse sujeito é sempre parte de um todo. Assim, a construção da informação torna-se relacional, pois vai depender do lugar em que os sujeitos se posicionam para instaurá-la. Neste sentido, podemos



acrescentar que estamos lidando com um conceito plural e complexo, ao considerarmos que a informação vai ser alterada, a partir do contexto em que ela se estabelece, *por isso, a informação deve ser considerada no plano das ações e representações dos sujeitos em suas práticas sociais históricas e concretas enquanto um elemento que permeia cada uma dessas práticas* (Marteleto, 1992, p. 86).

Pensarmos o contexto sócio-histórico como constitutivo do processo informacional é relevante porque nos conduz a pensar na formação de informações fortes, fracas e ricas, como lembra Morin (1986). No lugar em que se dá a comunicação, é importante considerar o contexto como imprescindível na produção de informações. Há que se considerar as determinações do contexto imediato como aquele que está ligado ao momento exato da transferência, da construção e do uso da informação, como também as determinações gerais vinculadas à formação ideológica dos sujeitos sociais, pois os diferentes contextos não estão um ao lado do outro, linearmente, como se nada tivesse com o outro; os contextos se encontram em constante tensão, interação e mesmo conflito (Orlandi, 1987). Assim, há que considerar a informação como produção de efeitos de sentido e não de um sentido apenas, já que os sentidos são de direito, sentidos possíveis envolvendo os aspectos ideológicos, históricos e sociais.

Ilustrando essa questão, verifiquemos um mensageiro cuja missão seria a de manter um outro sujeito informado, sobre determinado episódio. Porém, o mensageiro, ao encontrá-lo, descobre que existe uma barreira entre os dois, identificada como entendimento lingüístico, já que o mensageiro só dominava o grego, e não havia possibilidade de tradução. Logo, não foi possível o acesso à informação, em virtude de os sujeitos não falarem de lugares comuns, de estados de conhecimentos relacionais. Dessa maneira, a informação pode ser considerada como um conjunto de efeitos de sentidos produzidos nas relações sociais capazes de transformar estruturas e o conhecimento.

### 3. A CONSTRUÇÃO DO SUJEITO NA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

O ponto de vista que será desenvolvido aqui é o de que não é possível desencadear uma discussão sobre o sujeito do conhecimento como aquele que interage com a informação, sem levarmos em conta as considerações sobre o sujeito na ciência social.

As discussões associadas à questão do sujeito emergiram num momento singular em que se acreditava

na individualidade do indivíduo aprisionado em estruturas e deslocado das mudanças fundamentais. Vindo de um passado envolvido em trevas para um humanismo renascentista (século XVI), passando pelo iluminismo (século XVII) até alcançar a modernidade, o sujeito do conhecimento sofreu profundas transformações.

A constituição de um sujeito universal reúne dois significados distintos: sujeito indivisível - *uma entidade que unificada no seu próprio interior e não pode ser dividida: uma entidade singular, distintiva e única* (Williams, apud Hall, 1997, p. 27). Com o caos da ordem social, econômica e religiosa, no período medieval, novos processos civilizatórios foram instalados, tornando as sociedades mais complexas e adquirindo uma forma coletiva e social. Nesse ínterim, o construto clássico foi obrigado a dar conta das estruturas estado-nação e das grandes massas que faziam a democracia em meio às forças do capitalismo moderno. Enquanto isto, o cidadão individual tornou-se enredado nas maquinarias burocráticas e administrativas do novo estado que se formava.

Então, uma concepção de sujeito social emerge no seio das amplas estruturas e formações impactadas pelas contribuições da biologia darwiniana e das novas ciências sociais, decorrendo dessas últimas a localização do sujeito em processos de grupo e das normas coletivas. Ao mesmo tempo, desenvolvia-se uma tendência interativa que se preocupava com o modo como os indivíduos se formavam subjetivamente através de sua participação nas relações sociais mais amplas; e inversamente, como os processos e as estruturas eram sustentados pelos papéis que os sujeitos neles desempenhavam (Hall, 1997). Em meio a essa relação entre o interior e o exterior, na metade do século XX, emergem os movimentos estéticos e intelectuais, aparecendo a figura de um sujeito ilhado, solitário e anônimo, perdido na multidão.

Dentro desse quadro, conforme aponta Hall, algumas referências para uma constituição do sujeito na modernidade podem ser elencadas:

**Uma primeira referência** vem dos postulados marxistas que vão preconizar uma configuração de sujeito ativo, passando a recusar a idéia de essência universal do homem e atributo de cada indivíduo.

**Uma segunda referência** vem da noção de inconsciente elaborada por Freud, ao dizer que a identidade, sexualidade e desejo se formam com base em processos psíquicos e simbólicos do inconsciente. Nessa linha freudiana, Lacan entende que o ser individual não se desenvolve naturalmente, mas se forma nas relações sociais (com o outro), estabelecendo complexas negociações psíquicas inconscientes.



Essa formação do eu em companhia do outro se inicia na relação com os sistemas simbólicos e suas representações (a língua, a cultura e a diferença sexual). As contradições internas do sujeito (sentimentos), que fazem parte de uma formação inconsciente, permanecem com ele durante toda sua existência. Esse sujeito dividido consegue experimentar sua própria identidade, como se ela estivesse unificada.

**Uma terceira referência** se articula com o trabalho do lingüista Ferdinand de Saussure que recusava aceitar os sujeitos como donos das afirmações ou significados que expressam na língua. Concebia a língua como um sistema social e não individual, pois, quando falamos não exteriorizamos apenas os nossos pensamentos, mas ativamos os vários significados que já estão embutidos em nossa língua e no sistema cultural.

Em seus argumentos, Saussure suprimiu a enunciação como um ato essencialmente social. O signo é ideológico e o sujeito da enunciação está impregnado de ideologias, cercado de instâncias discursivas (Michel Pêcheux) que fazem com que os significados não sejam fixados. O filósofo da linguagem Jacques Derrida também vai dizer que as palavras são multifocadas e caracterizadas de significados que não se encerram num sentido definitivo. O significado é instável. Ele se fecha para buscar a identidade, mas constantemente é perturbado pela diferença que o faz escapular da grade.

**Uma quarta referência** é, genealogicamente, construída pelo filósofo e historiador francês Michel Foucault. Com a noção de poder disciplinar, Foucault tenta mostrar que as instituições desenvolvem mecanismos de regulação, vigilância, controle e governo como formas modernas de exercer o poder sobre o corpo do sujeito. Esse poder disciplinar atua para manter a vida, as atividades, o trabalho, as infelicidades e os prazeres, a saúde física e moral, as práticas sexuais, as práticas discursivas e as práticas informacionais sobre rígido controle da disciplina. Estabelecendo uma observação constante, o poder disciplinar utiliza-se de técnicas para produzir um ser humano adestrado e dócil. Com isto, cria-se um sujeito, que se isola.

**Uma quinta referência** surge com o impacto dos novos movimentos sociais (por exemplo, o feminismo) que em suas diferentes representações apontam para novas formas de vida social relacionadas a gênero, sexo e raça etc., envolvendo a formação e a produção de novos sujeitos sociais e múltiplas identidades.

No bojo das práticas sociais, há que se considerar o sujeito do conhecimento, enquanto sujeito ativo, entendido como aquele que interage com outros sujeitos na construção da informação. Este sujeito do

conhecimento é, simultaneamente, gerador, transferidor, receptor, usuário, construtor e socializador da informação.

Na Ciência da Informação, a compreensão do sujeito do conhecimento tem sido considerada, a partir de três enfoques gerais:

a) *Sujeito-universal* - denominado sujeito unitário, idealizado, dono do dizer, a fonte do sentido. A informação pode ser apresentada como resultado da produção desse sujeito, independente do processo sócio-histórico que envolve os sujeitos. Alguns estudos, no campo da Ciência da Informação, privilegiam o sujeito instrumental, a-histórico, transsocial e abstrato (Gómez, 1984). É o sujeito lógico-sintático, possuidor de características universais, capazes de serem portadores de categorias e operações estabelecidas 'a priori'.

b) *Sujeito cognitivo-individual* - denominado de empírico-associacionista. A informação é idealizada como produção de um sujeito cognitivo-individual. É o sujeito psicológico, exteriorizador de idéias que privilegia a dimensão subjetiva do processo informacional em que as práticas informacionais, representadas pelo processo de geração, recepção, uso e transferência de informação, são desenvolvidas internamente pelo sujeito cognitivo-individual e particular. Nessa concepção, os sujeitos possuem formas ou conteúdos racionais dependentes da experiência individual, pois, é a partir dela que os sujeitos fazem combinações e percepções elementares, gerando produtos complexos da inteligência humana, a exemplo do conhecimento científico.

Em oposição a essa concepção de sujeito, Farradane (1979, 1980) propõe um novo modelo que converge para o processamento psicológico da informação. O autor se contrapõe à unidade psicológica, pois, para entender que os sujeitos estabelecem operações simples mediadas por uma relação associativa, na qual não se fixam categorias 'a priori'. Essas categorias, assemelhando-se aos conceitos aristotélicos e kantianos, realizam simplesmente a união ou separação dos conceitos semantizados, nos quais a multiplicidade de variados assuntos não pode comportar diferentes operações. As ações explicitadas darão lugar aos operadores relacionais, nas quais o sujeito contará com dois mecanismos: a combinação de conceitos, relativizados pelo processo associativo e os mecanismos de discriminação, modalizados por sua expressão no espaço.

c) *Sujeito cognitivo-social* - nessa concepção a informação é vista como produção desse sujeito, que é, simultaneamente, um sujeito também social. Araújo (1998) diz que esta abordagem se caracteriza pelo fato



de as práticas sociais serem mediadas por um sistema de conceitos, que constituem um modelo de mundo para o sujeito do conhecimento. Tentando contribuir com essa reflexão, Gómez (1984, p. 111) explicita:

*uma das conseqüências dessa abordagem é que esse modelo conceitual depende das experiências anteriores de um indivíduo ou grupo, sendo afetado pelos processos de socialização que recebem os indivíduos e pela vivência histórica dos grupos sociais. São, como preferimos dizer, modelos sócio-cognitivos.*

Em nosso entender, estes sujeitos são cognitivos porque produzem conhecimentos e, também, sociais, porque se estruturam como seres sociologicamente envolvidos, estabelecem relações sociais, partilhando com outros sujeitos e, ao mesmo tempo, incorporando conhecimento, de modo contínuo, simultâneo e participativo.

O sujeito, enquanto ser sócio-histórico, ao processar a informação, quer perceptual quer simbolicamente, utiliza-se de um sistema próprio de categorias ou conceitos resultantes de sua forma pessoal de ver o mundo, construindo assim um armazenamento próprio, particularizado, embora adquirido no envolvimento direto e indireto com o meio (Gómez, 1984). Esse armazenamento pessoal incide diretamente na construção de seu arcabouço conceitual, que funcionará como uma espécie de filtro, selecionando e estruturando novas informações, no momento da geração, recepção, transferência ou decodificação de mensagens. Tal explicação reforça a aplicação desse modelo por alguns autores que exploram essa idéia em suas definições de informação, como Schreider, Pratt, Boulding, (apud Gómez, 1984) e Belkin (1990).

O enfoque cognitivista centra-se no processo de aquisição e de assimilação da informação pelos sujeitos que, por sua vez, possuem um repertório de informações acumuladas e organizadas durante toda uma existência. Este processo assemelha-se ao que Berger & Luckmann (1999, p. 62) caracteriza como *acervo social do conhecimento*. Esse acervo permite que os sujeitos façam uma relação entre o seu acervo pessoal (estrutura cognitiva) e o que se apresenta - as informações que estão recebendo. A partir desse processo interior de assimilação, os sujeitos poderão compreender/absorver as novas informações, reorganizando sua estrutura cognitiva. Neste aspecto, há uma relação direta entre sujeito e objeto, num processo interacional interno do sujeito (Barbosa, 1997) e processos externos (comunicação da informação) em que ocorre a assimilação ou transferência da informação.

Neste caso, a teoria cognitivista mostra um sujeito ativo, interativo, capaz de gerar novas informações.

Duran (1998, p. 18) lembra-nos, que o *desenvolvimento cognitivo [dos sujeitos] é fruto do aprendizado do indivíduo, decorrente da interação com o meio sociocultural, através de processos de mediação. O processo de interação é condição sine qua non para o funcionamento da sociedade [e desenvolvimento dos sujeitos. Acrescenta a autora que é a partir dessa] qualidade de interação que se devem orientar as práticas pedagógicas, enquanto práticas informacionais transformadoras.*

Nesta dimensão do sujeito ativo e interativo que age sobre a informação, apropriando-se dela para compreendê-la e transformá-la, ocorre uma importante transformação: é a que se dá na compreensão da linguagem como transmissão de informação à interação.

#### 4. ACOLHENDO O SUJEITO INTERATIVO-INFORMACIONAL

As reflexões acerca da informação como linguagem possibilitou inserir o sujeito-interativo informacional no contexto da Ciência da Informação. Este sujeito é concebido como aquele que, a partir de uma prática social e histórica, procura interagir com a informação, contextualizando-a, para criticamente construir sentidos. Essa concepção leva-nos a compreender a informação no contexto da enunciação que, segundo Bakhtin (1998, p. 12), *é o produto da interação de dois indivíduos socialmente organizados. Para ele, a interação*

*acontece entre os sujeitos, permeado pelo processo dialógico, ou seja, na enunciação entre o eu e o outro; os indivíduos são constituídos enquanto sujeito, no processo interacional verbal social, dentro de níveis ou graus de sociabilidade; quanto maior for o grau de suas interações verbais sociais, maior será o grau de consciência dos indivíduos, o que, por sua vez, implicará um maior grau de constituição dos indivíduos em sujeitos sociais; com isto define-se que os sujeitos são socialmente orientados; além de considerar a linguagem como atividade constitutiva dos sujeitos e de suas consciências, na relação dialógica (...) é a partir do signo material, verbal, social e ideológico, que se constroem sentidos e veiculam-se ideologias (Freitas 1999, p. 55).*

Os sentidos produzidos pelo sujeito remetem à intenção comunicativa do emissor requerendo a função dos elementos lingüísticos, a qual se efetiva através das marcas formais dadas pela interpretação dos usuários da língua, da informação. Na perspectiva do discurso, o processo comunicacional não é meramente uma transmissão ou transferência de informação entre os interlocutores (emissor/receptor), como defende a teoria da informação. Se assim fosse, o emissor, via canal,



codificaria a informação para alcançar o receptor (a língua, o texto etc.) que decodificando, remetaria, novamente, para o emissor, sem reelaborá-la.

À luz da perspectiva discursiva, quando usamos a língua para comunicar, agimos sobre o outro. Essa ação não é unilateral, ocorre um processo interacional entre o produtor e o receptor da informação, produzindo um efeito de sentido. Numa ação comunicativa, o efeito de sentido que acontece na interação dos sujeitos, depende também da ação realizada. A ação, por sua vez, produz uma reação que pode ser ou não aquela esperada ou pretendida pelo produtor/emissor de informação. Desse ponto de vista, a comunicação é entendida e explicitada, levando em consideração o vínculo com a situação concreta. Assim, diz Bakhtin (1988, p. 124) *a comunicação verbal é sempre acompanhada por atos sociais de caráter não verbal (gestos do trabalho, atos simbólicos de um ritual, cerimônia, etc.) dos quais ela é muitas vezes apenas o complemento, desempenhando um papel meramente auxiliar*. Dessa maneira, compreendemos que a informação, ao ser produzida, recebida, transferida e utilizada, faz parte de um sujeito cognitivo-social, mas também faz parte desse sujeito interativo-informacional.

## 5. FIOS (IN)CONCLUSOS

Sem pretender fechar os pontos aqui abordados, é possível afirmar que o fenômeno informacional é um processo construído e reconstituído continuamente pelo sujeito do conhecimento, a partir do contexto e de suas relações sociais. Concordamos com Marteleto (1992, p. 86), quando defende que a palavra informação pode ser reservada para a referência a uma *forma moderna de veiculação e expressões de visões de mundos diferentes, porque [são] elaboradas a partir de experiência de vida diversas e contraditórias*. Isto implica aceitar que o sentido da informação encontra-se arraigado ao contexto em que ela é gerada, recebida e transferida, absorvendo, assim, conotações específicas que também são determinadas pelos sujeitos sociais. Contém, portanto, um caráter ideológico que aponta para a maneira de os sujeitos se relacionarem com o (seu) mundo.

Essas reflexões apontam para a informação como efeitos de sentidos entre interlocutores, caracterizando-se por sua complexidade e polissemia de sentidos, já que, concretamente, uma mesma informação tem a possibilidade de abranger diferentes ideologias, representando valores e idéias díspares. Observamos, assim, o alcance diferenciado do acesso à informação, representado pelo processo de interação. As informações

veiculadas, nem sempre são captadas, ou quando são, podem gerar sentidos diversos.

## BIBLIOGRAFIA

- ARAÚJO, Eliany Alvarenga. **A construção social da informação**: práticas informacionais no contexto de organizações não-governamentais/ONGs brasileiras. Brasília, 1998. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Universidade de Brasília
- BARBOSA, José Juvêncio. **Alfabetização e leitura**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 1997.
- BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e filosofia da linguagem**. São Paulo: Hucitec, 1988.
- BELKIN, N. J. Cognitive models and information transfer. **Social Science Information**, v. 4, 1984. p. 111-129.
- BELKIN, Nicholas J. The cognitive viewpoint in information science. **Journal Information Science**, v. 16, p. 11-15, 1990.
- BERGER, P. L. LUCKMANN, T. **A construção social da realidade**. 17 ed. Petrópolis: Vozes, 1999.
- BOUGNOUX, Daniel. **Introdução às ciências da informação e da comunicação**. Petrópolis: Vozes, 1994.
- BROOKES, B.C. The foundations of Informations Science. **Journal of Informations Science**, v. 2, p. 209-221, 1980.
- CASTELLS, Manuel. **A era da informação**: economia, sociedade e cultura: a sociedade em rede. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- DURAN, Marta. **Alfabetização de adultos**: leitura e produção de textos. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.
- FARRADANE, J. Relational indexing. Part I. **Journal of information Science**, [s.1.] v. 1 p. 267-276. 1980.
- FARRADANE, J. Relational Indexing. Part II. **Journal of information Science**, [s.1.] v. 1, p. 313-324. 1980.
- FARRADANE, J. The nature of information. **Journal of information science**, [s.1.] v. 1, p. 13-17. 1979.
- FERNANDES, Dorgival Gonçalves. **Alfabetização de jovens e adultos**: as representações sociais de alfabetizandos e alfabetizadores. João Pessoa: 1997. 170p. Dissertação (Mestrado em Educação) - UFPB.
- FERNANDES, Geni Chaves. O objeto de estudo da Ciência da Informação. **Informare - Caderno Programa de Pós-graduação Ciência da Informação**. Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 25-30, jan./jun. 1995.
- FIGUEIREDO, Maria da Penha Caetano de. A era da informação e da cidadania. **Informação & Sociedade: Estudos**. João Pessoa, v. 7, n. 1, p. 79-93, 1997.
- FIGUEIREDO, N. O Processo de transferência de informação. **Ciência da Informação**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 2, p. 119-138, 1979.
- FREITAS, Antonio Francisco de. **O Diálogo em sala de aula**: análise do discurso. Curitiba: HD Livros, 1999.



- GÓMEZ, Maria Nélide González de. A representação do conhecimento e o conhecimento da representação: algumas questões epistemológicas. **Ciência da Informação**, v. 22, n. 3, p. 217-222, set/dez. 1993.
- GÓMEZ, Maria Nélide González de. Cultura informacional: construindo o objeto informação pelo emprego dos conceitos de imaginário, instituição e campo social. **Ciência da Informação**. Brasília, v. 24, n. 1, p. 89-93, jan/abril, 1995.
- GÓMEZ, Maria Nélide González de. Cultura, educação, distribuição social dos bens simbólicos e excedente informacional. **Informare - Caderno Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 11-23, jul/dez. 1995.
- GÓMEZ, Maria Nélide González de. Et al. **Cultura, informação e sociedade**: Estudo das práticas de informação em campos sociais específicos com vistas à revisão e ampliação dos modelos de comunicação e transferência da informação. Rio de Janeiro, 1995. (Relatório parcial digitado)
- GÓMEZ, Maria Nélide González de. Informação e Conhecimento. **Ciência da Informação**, v. 13, n. 2, p. 107-114, jul/dez. 1984.
- GÓMEZ, Maria Nélide González de. O objeto de estudo da Ciência da Informação. **Ciência da Informação**, v. 19, n. 2, p. 117-122 jul./dez. 1990.
- GÓMEZ, Maria Nélide González. O papel do conhecimento e da informação nas formações políticas ocidentais. **Ciência da Informação**, v. 16, n. 2, p. 157-167, jul/dez. 1987.
- HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 1997.
- HAROCHE, Claudine. **Fazer, dizer e querer**. São Paulo: Hucitec, 1992.
- LOPES, Sônia Aguiar. **A teia invisível**: informação e contra-informação nas redes de ONG's e movimentos sociais. Rio de Janeiro: 1996. 2v. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) ECO/UFRJ.
- MARTELETO, Regina Maria, RIBEIRO, Leila Beatriz. Práticas de informação no ambiente escolar. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 18, n. 2, p. 207-214. 1989.
- MARTELETO, Regina Maria. **Cultura, educação e campo social**: discursos e práticas de informação. Rio de Janeiro: 1992. 389 p. Tese (Doutorado em Comunicação) - UFRJ.
- MORIN, Edgar. **O método 4**: as idéias, habitat, vida, costumes, organização. Porto Alegre, Sulina, 1999.
- MORIN, Edgar. **Para sair do século XX**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.
- MOSTAFA, Solange Puntel. As ciências da informação. **Perspectivas**. São Paulo v. 8, n. 4, p. 22-27, out/dez. 1994.
- ORLANDI, Eni Pulcinelli, LAJOLO, Marisa, IANNI, Otávio. **Sociedade e Linguagem**. Campinas: Unicamp, 1997.
- ORLANDI, Eni Pulcinelli. **A linguagem e seu funcionamento**: as formas do discurso. 2 ed. Campinas/SP: Pontes, 1987.
- PINHEIRO, Lena Vânia Ribeiro. **A Ciência da Informação entre sombra e luz**: domínio epistemológico e campo interdisciplinar. Rio de Janeiro: 1997. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - ECO/UFRJ.
- PECHÊUX, Michel. **Por uma análise automática do discurso**: uma introdução a obra de Michel Pêcheux. Campinas: Unicamp, 1969.
- TRAVAGLIA, Luiz Carlos. **Gramática e interação**: uma proposta para o ensino da gramática no 1º e 2º graus. São Paulo: Cortez, 1996.
- WERSIG, G., WINDEL, G. Information science needs a theory of information actions. **Social Science Information Studies**, v. 5, p. 11-13, 1985.
- WERSIG, G., WINDEL, G. **Information Science needs a theory**: a weaver bird perspectives. Finland: University of tampere, 1991, p. 26-28.
- WILSON, T.D. The cognitive approach to information-seeking behaviour and information use. **Social Science Information Studies**. [s.l.], n. 4, p. 195-203, 1984.